



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES
CURSO DE ECONOMIA ECOLÓGICA

LUANA MARIA RUFINO LOPES

**O PERÍMETRO IRRIGADO JAGUARIBE - APODI NO CONTEXTO DO
NEOEXTRATIVISMO NA AMÉRICA LATINA**

FORTALEZA
2020

LUANA MARIA RUFINO LOPES

O PERÍMETRO IRRIGADO JAGUARIBE - APODI NO CONTEXTO DO
NEOEXTRATIVISMO NA AMÉRICA LATINA

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Economia
Ecológica do Departamento de
Estudos Interdisciplinares da
Universidade Federal do Ceará,
como requisito parcial para obtenção
do título de Bacharel em Economia
Ecológica.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Américo
Leite Moreira

FORTALEZA

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

L854p Lopes, Luana Maria Rufino.
 O perímetro irrigado Jaguaribe-Apodi no contexto do neoextrativismo na América Latina /
 Luana Maria Rufino Lopes. – 2020.
 32 f.

 Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Centro
de Ciências Agrárias, Curso de Economia Ecológica, Fortaleza, 2020.
 Orientação: Prof. Dr. Carlos Américo Leite Moreira.

 1. Neoextrativismo. 2. América Latina. 3. Jaguaribe-Apodi. I. Título.

CDD 577

LUANA MARIA RUFINO LOPES

O PERÍMETRO IRRIGADO JAGUARIBE - APODI NO CONTEXTO DO
NEOEXTRATIVISMO NA AMÉRICA LATINA

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Economia
Ecológica do Departamento de
Estudos Interdisciplinares da
Universidade Federal do Ceará,
como requisito parcial para obtenção
do título de Bacharel em Economia
Ecológica.

Aprovado em: ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Carlos Américo Leite Moreira
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Fábio Maia Sobral
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Júlio Ramon Teles da Ponte
Universidade Federal do Ceará (UFC)

A Deus.

Aos meus pais, José Maciel Lopes e
Valderina Rufino Lopes!

AGRADECIMENTOS

À Deus por me guiar nessa trajetória acadêmica.

À minha família, por me apoiar em todos os momentos, principalmente aos meus pais que apesar da saudade sempre me apoiaram nesse sonho.

Às minhas amigas que me ajudaram a me adaptar a minha nova realidade longe de casa, e que nunca me deixaram desistir.

Ao Deivid por me apoiar nos bons e nos maus momentos.

Aos meus professores, que foram fonte de inspiração na vida acadêmica.

RESUMO

A situação atual do extrativismo na América Latina vem levantado inúmeros debates, que vão desde questões ambientais, sociais, políticos a econômicas. Muitos governos latinos adotaram o extrativismo como única forma de crescimento econômico, e acabaram levando suas nações a uma total dependência financeira internacional, esse novo modelo extrativista é definido como neoextrativismo. Este estudo busca apresentar as principais características desse novo modelo, como ele vem se desenvolvendo na América Latina e principalmente no Brasil, e suas consequências, ambientais, sociais e econômicas. Um exemplo desse modelo de acumulação são os perímetros públicos irrigados e um dos principais problemas apresentados por esse modelo são: a destruição da natureza, desvalorização de formas de vida tradicionais, conflitos territoriais, e fragilidade econômica, demonstrando que esse modelo econômico é insustentável, tanto ecologicamente quanto economicamente, já que faz uso indiscriminado dos recursos naturais. Sendo necessário a criação de um novo modelo que leve em consideração os agentes sociais e ambientais, visando um desenvolvimento sustentável, e não apenas o crescimento econômico onde poucos podem se beneficiar.

Palavras-chave: Neoextrativismo, América Latina, Conflitos

RESUMEN

La situación actual del extractivismo en América Latina ha suscitado numerosos debates, que van desde temas ambientales, sociales, políticos y económicos. Muchos gobiernos latinoamericanos adoptaron la extracción como única forma de crecimiento económico, y terminaron llevando a sus naciones a una total dependencia financiera internacional, este nuevo modelo extractivo se define como neoextracción. Este estudio busca presentar las principales características de este nuevo modelo, cómo se viene desarrollando en América Latina y especialmente en Brasil, y sus consecuencias, ambientales, sociales y económicas. Un ejemplo de este modelo de acumulación es el riego público y uno de los principales problemas que presenta este modelo es: la destrucción de la naturaleza, la devaluación de formas de vida tradicionales, los conflictos territoriales y la fragilidad económica, demostrando que este modelo económico es insostenible, tanto ecológica como económicamente, ya que hace un uso indiscriminado de los recursos naturales. Es necesario crear un nuevo modelo que tenga en cuenta a los agentes sociales y ambientales, apuntando al desarrollo sostenible, y no solo al crecimiento económico donde pocos pueden beneficiarse.

Palabras clave: Neoextractivismo, América Latina, conflictos

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. CONTRIBUIÇÃO DO CONCEITO DE ACUMULAÇÃO POR ESPOLIAÇÃO PARA ENTENDER O MODELO NEOEXTRATIVISTA NA AMÉRICA LATINA	9
3. NEOEXTRATIVISMO NA AMÉRICA LATINA	11
3.1 Traços gerais do padrão exportador de especialização produtiva na América Latina e no Brasil	13
4. NEOEXTRATIVISMO NO BRASIL	16
4.1 Perímetro irrigado Jaguaribe-Apodi	16
4.2 O pós-extrativismo como alternativa ao neoextrativismo	25
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
REFERÊNCIAS	30

1 INTRODUÇÃO

O modelo de produção capitalista age de maneira depredatória, não respeita a natureza e nem leva em consideração as formas de vida tradicionais. Ao longo dos anos o capitalismo desestruturou e/ou destruiu por completo áreas naturais e sociedades camponesas, promovendo perdas sociais, ambientais e econômicas incalculáveis nas regiões onde ele agiu com mais intensidade.

Os países europeus foram os responsáveis pela acumulação primário-exportadora, impondo a sua dominação sob a América Latina. Eles implantaram na região o extrativismo depredatório, desestruturando a região e promovendo uma alta concentração de terra, apropriação e devastação da natureza. Embora o extrativismo tenha sido implantado há mais de 500 anos, ele continua presente na região, mesmo depois do fim da dominação europeia.

O extrativismo se modificou na região e gera inúmeros debates, no âmbito social, político, ambiental e econômico. Para definir a atual fase usa-se o termo neoextrativismo. Sendo assim, entendemos o neoextrativismo como uma versão contemporânea do velho extrativismo e, portanto, apresenta os mesmos problemas a natureza e a sociedade.

Um conceito que ajuda a compreender a atual situação capitalista é o de acumulação por espoliação de David Harvey, segundo esse conceito a acumulação primário-exportadora se aprimorou e continua se aprimorando no decorrer do tempo.

Em sua atual versão o extrativismo se consolida com a justificativa de explorar a natureza como motor do desenvolvimento nacional, onde os governos buscam principalmente aumentar o acesso e controle do Estado sobre os recursos naturais e os benefícios da extração. O extrativismo do século XXI expressa uma forma substancial da modalidade de acumulação capitalista primário-exportadora, resultando de um modelo de desenvolvimento capitalista periférico e dependente (ACOSTA; BRAND, 2018).

O Brasil oficializou sua entrada no capitalismo mundializado na década de 1990, apoiando-se na exportação de produtos naturais na condição de *commodities*. Esse tipo de modelo vem gerando inúmeros conflitos no país, conflitos esses que vão desde questões ambientais e sociais, até políticas e econômicas. Um exemplo disso

são os conflitos gerados nos perímetros públicos irrigados, que desde a sua implantação geram conflitos na região.

Um caso bastante conhecido é o do perímetro irrigado Jaguaribe-Apodi, onde as tensões ocorrem principalmente pelo direito à terra, acesso à água de qualidade, o não uso de agrotóxicos, e a condições dignas de trabalho.

2 CONTRIBUIÇÃO DO CONCEITO DE ACUMULAÇÃO POR ESPOLIAÇÃO PARA ENTENDER O MODELO NEOEXTRATIVISTA NA AMÉRICA LATINA

Para Harvey (2014), acumulação por espoliação é a continuação das práticas depredatórias definidas por Marx como acumulação “primitiva” ou “originária”. Harvey afirma que tais práticas de acumulação tem um papel permanente e pertinente na história da acumulação do capital. Esse processo de acumulação promove a mercantilização e a privatização da terra; a expulsão dos camponeses da terra; a supressão dos direitos aos bens comuns; transformação da força de trabalho em mercadorias; apropriação de ativos, incluindo recursos naturais; taxaço da terra; etc.

Para Harvey (2014), todos os traços mencionados por Marx estão claramente presentes na história do capitalismo. Alguns deles foram se adequando e hoje desempenham um papel ainda mais importante que o que haviam desempenhado no passado, citando como exemplos, o sistema de crédito e o capital financeiro, que segundo ele influíram significativamente na depreciação, na fraude e no roubo. Como ponta de lança da acumulação por espoliação nos últimos anos tem sido os ataques realizados pelos fundos especulativos de cobertura e outras grandes instituições do capital financeiro.

Como mecanismos completamente novos de acumulação por espoliação Harvey (2004), apresenta como alguns exemplos, a extração de renda por direitos intelectuais (patentes) que não levam em conta o papel das comunidades para regulação do meio; a biopirataria; e a pilhagem do estoque mundial de recursos genéticos; a crescente depredação dos bens naturais globais (terra, ar, água) e a proliferação da degradação ambiental, que tem como resultado da total transformação da natureza em mercadoria; a mercantilização das formas culturais; a privatização de ativos previamente públicos.

Para Harvey (2014), assim como no passado, o Estado com seu monopólio da violência e suas definições de legalidade, desempenham um papel crucial ao respaldar e promover esses processos, mesmo contra a vontade da população.

De acordo com Harvey (2014)

A acumulação por espoliação pode ocorrer de diversos modos e seu *modus operandi* tem muito de contingente e casual. Apesar disso, é onipresente, sem importar a etapa histórica, e se acelera quando ocorrem crises de sobreacumulação na reprodução ampliada, quando parece não haver outra saída a não ser a desvalorização.

O autor afirma que a acumulação de nossa época também tem levado a batalhas políticas, sociais e a vastos golpes de resistência. Muitas dessas lutas formam hoje o núcleo de um movimento antiglobalização, ou de globalização alternativa, que, embora díspar e aparentemente em seus primórdios, é disseminado (HARVEY, 2014).

Na América Latina, a acumulação por espoliação afirma-se com a consolidação do modelo extrativista que se manifesta, com graus distintos de intensidade, no continente latino americano. Vale destacar que essa modalidade de acumulação se constitui uma estratégia de produção tanto dos governos de recorte neoliberal quanto dos governos progressistas.

Segundo Acosta (2013), esse modelo de acumulação por espoliação teve início a 500 anos com a conquista e colonização da América, África e Ásia. Desde então, a acumulação extrativista esteve determinada pelas demandas das metrópoles – os centros do capitalismo nascente. Essa relação de subordinação se mantém praticamente inalterada.

Segundo Rincón (2014), nos últimos anos os países da América Latina, tem se convertido em foco de investimentos do capital internacional, graças a uma grande disponibilidade de bens naturais como terra, reservas da água e florestas, recursos naturais e hidrocarbonetos. Destacando como principais formas deste processo: o modelo orientado à produção de agro-commodities, exploração mineira, projetos hidroenergéticos, expropriação dos territórios para construção de infraestrutura, projetos imobiliários, turismos e resorts, assim como a grilagem de terras.

3 NEOEXTRATIVISMO NA AMÉRICA LATINA

Em artigo intitulado “Extrativismo e Neoextrativismo: Duas faces da mesma maldição”, Alberto Acosta (2016) considera o extrativismo como um modelo de acumulação que foi determinado inicialmente pelas demandas por bens primários dos centros do capitalismo nascente. Nesse período, uma nova Divisão Internacional do Trabalho se consolida onde os espaços desenvolvidos especializam-se na produção de manufaturas, enquanto outras regiões (América, África e Ásia) assumem o papel de produtoras de matérias-primas. Nessa perspectiva histórica, o autor define extrativismo como as “atividades que removem grandes volumes de recursos naturais não processados (ou processados apenas parcialmente) e que se destinam sobretudo à exportação”, constituindo-se um mecanismo de saque e apropriação colonial e neocolonial (p.50). No contexto atual, Acosta chama a atenção para o fato de que a elevada taxa de extração dos recursos não renováveis tem sido mais acentuada do que seus limites ecológicos de renovação.

Ademais, os impactos socioeconômicos e ambientais desse modelo de acumulação extrativista são significativos. O autor pontua que esse padrão de acumulação historicamente foi o grande responsável pelo incremento substancial da pobreza no continente, levando a crises econômicas recorrentes e consolidando o que ele denominou de mentalidades “rentistas”. Essa dinâmica fragiliza a institucionalidade democrática da região, estimulando práticas de corrupção e desestruturando as sociedades e comunidades locais

Do ponto de vista econômico, o autor pontua que o padrão de especialização baseado em produtos primários tende a distorcer a estrutura econômica, com efeitos negativos sobre a distribuição de renda. Esse cenário seria agravado por “processos endógenos de caráter patológico” que acompanham a abundância de recursos naturais. Entre esses processos, destaca-se a denominada “doença holandesa” que se caracteriza pela forte expansão das exportações de bens primários decorrente da forte demanda desses produtos no mercado internacional. Essa dinâmica engendra uma distorção na estrutura relativa de preços, culminando em uma forte concentração dos investimentos no setor produtor de *commodities*. Por outro lado, o processo de apreciação da moeda que resulta do boom exportador acaba prejudicando os demais

setores, com destaque para a produção industrial. De fato, observa-se em alguns países um verdadeiro movimento de desindustrialização.

De acordo com Acosta, as economias extrativistas apresentam também como característica a forte heterogeneidade estrutural de suas estruturas produtivas, onde coexistem segmentos de alta produtividade com outros atrasados e de subsistência. Esse caráter dual é agravado pela desarticulação de suas estruturas econômicas, caracterizada pela especialização das exportações em poucas *commodities*, mediante a inexistência de estruturas industriais densas e complexas, devido à ausência de fortes relações intersetoriais. Essa configuração desemboca em uma lógica de enclave, com reduzidos efeitos produtivos e tecnológicos das atividades primário-exportadoras. Em decorrência, constata-se sua acentuada vulnerabilidade às oscilações dos preços das matérias-primas no mercado mundial. Nesse contexto, as crises no Balanço de pagamentos são recorrentes, sobretudo em conjunturas de queda nos preços internacionais dos produtos básicos.

Por outro lado, em conjunturas favoráveis, a forte entrada de recursos externos em função do dinamismo exportador engendra uma intensa expansão do consumo. O autor chama a atenção para o fato dessa lógica consumista, na medida em que estimula a expansão da fronteira extrativista, tem impactos negativos do ponto de vista socioambiental. Ademais, a entrada de recursos, ao apreciar o câmbio, desencadeia um processo de substituição da produção industrial local por importação.

A principal consequência desse modelo de acumulação, afirma o autor, é a concentração e a centralização de renda e riqueza assim como de poder político, beneficiando, sobretudo, os grandes grupos nacionais e estrangeiros. Os impactos socioambientais das atividades extrativas realizadas pelas grandes corporações são significativos. A ausência de um mercado interno apresenta-se como uma característica desse modelo de acumulação, na medida em que a produção é totalmente orientada para o mercado externo. Na verdade, a competitividade desses produtos está baseada principalmente nos baixos salários e nas péssimas condições de trabalho. Essa dinâmica acentua o subemprego, o desemprego e pobreza, com impactos negativos na distribuição de renda. Os efeitos socioeconômicos mais estruturais desse modelo estão associados, por exemplo, à violência intrafamiliar, à violação de direitos comunitários, acrescido da criminalidade e tráfico de terras.

Portanto, o que se observa são relações sociais que beneficiam apenas as grandes empresas extrativas e inviabilizam qualquer perspectiva de desenvolvimento local e regional.

A economia extrativista deteriora gravemente e irreversivelmente o meio ambiente. Além de provocar inúmeras tragédias sócias e culturais, com a destruição das potencialidades culturais dos povos. No âmbito econômico, os países que dependem fundamentalmente de atividades extrativistas são economicamente atrasados, e seus problemas ambientais crescem no ritmo em que se expande o extrativismo.

Atualmente se registra o esgotamento dos recursos naturais, principalmente nos países industrializados, e uma crescente pressão sobre os países subdesenvolvidos para que eles explorem os seus recursos com o objetivo de suprir as demandas da economia mundial.

Essa lógica extrativista se mantém na América Latina. Como destaca Gudynas (2016), os governos progressistas que se consolidaram no continente no início do século XXI não romperam com esse padrão de acumulação. Na verdade, as exportações de *commodities* metálicas e agrícolas mantiveram-se em um ritmo crescente e os governos insistiram em mantê-los como motores do crescimento econômico. Um exame das principais características desse padrão de acumulação no Brasil será realizado na perspectiva de verificar seus impactos socioambientais.

3.1 Traços gerais do padrão exportador de especialização produtiva na América Latina e no Brasil

A afirmação de um padrão exportador de especialização produtiva, surge em função do declínio do modelo industrial nas principais economias latino americanas. Nesse novo contexto, economias com relativa densidade industrial foram completamente incorporadas ao novo projeto exportador, com segmentos de grandes cadeias produtivas globais dominadas por grandes empresas multinacionais (OSORIO, 2012).

Uma característica desse novo padrão está associada a forte especialização da pauta exportadora em produtos básicos, assim como em manufaturas de baixo valor agregado. A expansão das exportações depende do dinamismo da demanda

externa. Vale destacar a participação decisiva do capital estrangeiro e do grande capital nacional na constituição desse modelo exportador. De fato, esses grandes grupos concentram as principais plataformas de exportação assim como as principais atividades voltadas para o mercado interno (OSORIO, 2012).

Ademais, constitui um traço distintivo desse modelo voltado para o setor exportador a baixa participação dos assalariados na formação do mercado interno, não permitindo a aquisição de bens de consumo industriais e agropecuários por esse segmento. Os trabalhadores são percebidos muito mais como produtores ao invés de consumidores. Essa configuração só confirma a tradição primário-exportadora da região.

Por tanto, faz parte da natureza desse novo padrão de acumulação voltado para o mercado externo, o declínio do poder aquisitivo dos assalariados na dinâmica do mercado doméstico, assim como a precarização das condições de trabalho e de vida da população. De fato, o consumo dos assalariados não constitui um elemento determinante na constituição do modelo, uma vez que parte relevante da produção é direcionada para os mercados externos.

Entretanto, nessa lógica primário exportadora a competitividade dos produtos industriais está relacionada a diminuição dos salários locais e deterioração das condições de trabalho, (MOREIRA; MAGALHÃES, 2014.)

De fato, como destaca Acosta (2016, p.64),

Nas economias primário-exportadoras da América Latina, após décadas de acumulação extrativista, geraram-se níveis elevados de subemprego e desemprego, pobreza e uma distribuição de renda e de ativos ainda mais desigual. Com isso vão se fechando as portas à ampliação do mercado interno, porque não se geram empregos, nem renda suficientes – não há nem haverá “gotejamento”. No entanto, são mantidas as pressões para orientar a economia cada vez mais para o exterior, pois “não há a quem vender no mercado interno”.

O autor ressalta as graves tensões sociais e econômicas na região desencadeadas por essas atividades, tais como violência intrafamiliar, violação de direitos comunitários e humanos, crescimento da criminalidade, tráfico de terras, etc. Além dos custos relacionados com a devastação ambiental e nos “subsídios perversos”, que se expressam no fornecimento de energia a preços mais baixos, água sem custo ou custo muito reduzido e, inclusive, infraestrutura de transporte.

A inserção da economia brasileira nesse novo padrão de acumulação decorreu sobretudo da consolidação do processo de abertura comercial e financeira, bem como das políticas monetárias e fiscais extremamente rígidas. A combinação de juros elevados e câmbio apreciado trouxe consequências importantes para a nossa inserção produtiva. O primeiro impacto está relacionado à constituição de uma lógica de reprimarização da pauta exportadora brasileira. Ou seja, o Brasil volta a condição de país exportador de bens primários e baixo valor agregado. Por outro lado, os avanços das reformas de recorte neoliberal comprometem o peso do setor industrial no produto interno bruto, levando a um processo de desindustrialização (MOREIRA; ALMEIDA, 2012; PAULANI, 2012).

Portanto o duplo processo de reprimarização/desindustrialização confirma

A tese de um novo padrão de exportação de especialização produtiva no Brasil que marca o fim do modelo industrial que prevaleceu no regime de acumulação substitutivo de importações (MOREIRA; SEBAG, p.94).

A constituição desse novo modelo encontra-se vinculado a precarização das condições de trabalho e a degradação do meio ambiente. A consolidação do perímetro irrigado Jaguaribe-Apodi revela uma dimensão importante desse modelo no Estado do Ceará.

4 NEOEXTRATIVISMO NO BRASIL

4.1 Perímetro irrigado Jaguaribe-Apodi

A partir da década de 1990, após um conjunto de mudanças institucionais promovidas pelo Estado, o Brasil dá início a sua entrada, tardia e intensiva no ciclo de ajuste da América Latina ao capitalismo mundializado, apoiando-se na exportação de produtos naturais na condição de *commodities*, no âmbito do modelo de acumulação por espoliação.

Esse modelo neoextrativista adotado pelo Brasil, focado apenas no crescimento econômico e baseado na apropriação da natureza, tem gerado diferentes problemas ambientais, sociais e econômicos nos territórios onde se localizam, nas áreas rurais tendem a causar conflitos fundiários, contaminação hídrica, e esgotamento dos recursos naturais, provocam fragmentação territorial, deslocando comunidades locais e inviabilizando formas tradicionais de reprodução.

Um exemplo de projeto neoextrativista no Brasil, são os perímetros públicos irrigados implantados na região Nordeste na área conhecida como polígono das secas, visando a inserção dessa região na economia do país.

O projeto de irrigação implantada pelo Governo Federal tinha como principais objetivos: introduzir um novo modelo de produção agrícola nessa região, via modernização da agricultura e incentivo a culturas agrícolas de maior rentabilidade, com destaque para a fruticultura irrigada, e minimizar os conflitos fundiários, desviando o debate da reforma agrária para a proposta de colonização que se desenvolvia por meio da seleção de irrigantes para ocupar os lotes dos perímetros públicos.

Para a implantação dos perímetros o Estado se responsabiliza pela desapropriação da área de implantação, infraestrutura necessária para o funcionamento do perímetro e a realocação dos irrigantes, que por sua vez se responsabilizam pela produção.

Ao apresentarem os projetos dos perímetros públicos, são explorados os pontos considerados atrativos para a população como o aumento dos rendimentos regionais com a produção, a melhoria das infraestruturas e a proposta de empregos,

deixando de lado os impactos sociais e ambientais decorrentes das atividades, o que acaba ocasionando conflitos nessas comunidades.

Os conflitos podem ocorrer em diferentes etapas do projeto, tanto nos primeiros momentos com a desapropriação das terras, onde muitos camponeses não recebem a estrutura necessária para uma nova realocação e são obrigados a ficarem a margem da sociedade, ou deixarem de vez suas raízes; como no período de realocação dos irrigantes que podem se sentir prejudicados pelos grandes produtores, não recebem lotes correspondentes a suas necessidades, nem incentivos do governo para poderem produzir, e em casos mais extremos não serem beneficiados pelo projeto; ou no momento da produção, pelo uso de defensivos agrícolas, contaminações de rios e alimentos, como também, coação para venda de terras. Demonstrando assim, que essa política falha ao não conseguir cumprir com seus supostos objetivos, gerando novos conflitos e ampliando os já existentes nessas regiões.

Os perímetros irrigados são exemplos de mercadificação, privatização da terra e a expulsão violenta da população camponesa, para suprir as necessidades de terras e fontes de matérias primas para o capital, é um modelo de acumulação capitalista a partir da espoliação dos bens comuns naturais. Sua implantação e operação representa desde o primeiro momento, a expulsão e desestruturação das comunidades locais, modificando seus modos de produção e uso da terra e consequentemente suas interações sociais, abrindo caminho para a instalação do agronegócio.

Um dos perímetros públicos irrigados com conflitos relacionados ao neoextrativismo e ao agronegócio é o Jaguaribe-Apodi - Ce, os conflitos mais comuns são referentes ao uso e contaminação da água, uso de agrotóxicos, exposição de trabalhadores e o uso da terra.

No Estado do Ceará a política de instalação de perímetros públicos irrigados com técnicas mais modernas teve início na década de 1970, na região do Baixo Jaguaribe. O modelo inicial contava com a participação dos colonos e era gerenciado por cooperativas. No final do século XX, a irrigação no Ceará passou por grandes mudanças políticas e administrativas voltadas para a modernização da economia, onde o Estado passou a incentivar a inserção de empresas privadas nos perímetros, gerando grandes impactos nessas regiões.

Segundo Freitas (2010):

A atual reestruturação socioespacial do Ceará, intensificada nas últimas décadas do século XX pela denominada “Era Jereissati”, refere-se a novos parâmetros criados para conduzir a gestão do território, como acompanhamento a um conjunto de mudanças políticas, econômicas e sociais ocorrentes em todo o mundo. Uma das principais características é o incentivo, pelo Estado, às atividades em modernização, a exemplo do turismo, indústria, serviços e agricultura.

O perímetro irrigado Jaguaribe – Apodi está localizado na Chapada do Apodi, no Estado do Ceará, mais precisamente no município de Limoeiro do Norte, sua produção é voltada principalmente para a produção de frutas para a exportação. O perímetro irrigado iniciou sua implantação em 1987, e os serviços de administração, operação e manutenção da infraestrutura de uso comum tiveram seu início no ano de 1989 (ADECE, 2011).

Antes da implantação do perímetro irrigado, o território da Chapada caracterizava-se pela presença da agricultura camponesa, principalmente por meio da posse da terra, embora em parte subordinados aos latifundiários. Extração de lenha, de calcário e a criação (bovina e suína, etc.) complementavam a renda dos(as) camponeses(as), sendo a limitação hídrica o principal problema enfrentado. (DOSSIÊ PERÍMETROS IRRIGADOS).

A estrutura fundiária da Chapada foi originada pelos “senhores dos carnaubais” (da planície aluvial) de Quixeré e Limoeiro do Norte. A maioria das comunidades iniciou com a presença de dois ou três grandes proprietários, que, ao necessitar de trabalhadores, foram arrendando as terras por eles dominadas. As comunidades expandiram-se e, conjuntamente, ampliou-se a posse de terras por pequenos agricultores familiares (camponeses). Embora o número de pequenos proprietários ou posseiros fosse superior ao de latifundiários, a propriedade da terra era concentrada (FREITAS, 2010).

Para a implantação do perímetro foi necessário a desapropriação das terras que passaram a ser comandadas pelo Estado. A desapropriação ocorreu entre 1985 e 1988, afetando cerca de 320 famílias que tiveram suas residências destruídas para a instalação de casas de bomba, canais de irrigação, piscinas de captação de água etc.

A desapropriação significou desde o primeiro momento, a expropriação, reafirmando o domínio político – econômico do espaço, pelo Estado. Por outro lado, os agricultores familiares camponeses que se apropriaram do espaço de forma funcional e simbólica – identitária, se tornaram reféns do Estado (DOSSIÊ PERÍMETROS IRRIGADOS).

No caso do Jaguaribe-Apodi, parte das terras desapropriadas foi paga, mas outras, mesmo dentro do polígono do projeto, encontram-se irregulares. Em se tratando dos títulos das terras, toda área do projeto encontra-se irregular, contribuindo para a invasão do perímetro por médios proprietários e empresas nacionais e multinacionais (FREITAS, 2010).

Para realizar a desapropriação, o DNOCS utilizou dois critérios, de acordo com o que previa a Lei de Irrigação: pagamento das terras daqueles que tinham a propriedade, ou seja, o registro da propriedade; e pagamento das benfeitorias para aqueles que tinham apenas a posse das terras. Isso prejudicou os pequenos agricultores que tinham apenas a posse hereditária das terras. Como os valores pago pelas benfeitorias eram inferiores ao pagamento das terras regularizadas (com registro), 16 proprietários, usando *estratégias*, fizeram o usucapião coletivo de 8.492,93 hectares, que, somados à área regularizada sem o usucapião, a área total correspondeu a 10.284,31 hectares (FREITAS, 2010).

Segundo Freitas (2010), os médios e grandes proprietários, integrantes do poder político local, convenceram os posseiros a realizar usucapião das terras em seus nomes (dos proprietários), alegando a valorização das terras na desapropriação. O acordo era a divisão do valor recebido pela desapropriação, entretanto, os pequenos agricultores familiares expressam que não receberam os valores correspondentes. Segundo a autora:

Essa questão explica o fato de pouco mais de 200 ex-proprietários da Chapada terem se resumido em pouco mais de 20. Tomemos como exemplo um ex-proprietário que possuía área oficialmente desapropriada de 2.099,81ha quando, na verdade, ele só possuía 342,02 hectares, ou seja, 1.757,79 hectares foram usurpados dos pequenos posseiros. Esse proprietário teve o apoio do poder político local, a exemplo de deputados,

alguns dos quais, inclusive, fizeram parte da cooperativa do Perímetro e do Distrito de Irrigação Jaguaribe-Apodi (DIJA).

A implantação dos projetos de irrigação, após a desapropriação, alterou completamente a configuração da paisagem e o modo de vida das famílias dessas comunidades, dando lugar a um novo território, projetado para atender aos interesses econômicos e políticos do Estado e do Capital.

O ambiente antes utilizado para a produção agrícola tradicional, voltada para o consumo local, transformou-se em uma área de produção industrial de grande impacto socioambiental, onde os produtos são escoados para outras regiões, sem gerar grandes melhorias na comunidade produtora.

Após a implantação do perímetro a Chapada do Apodi se tornou um território marcado por conflitos em torno da terra, da água, do trabalho e dos impactos dos agrotóxicos sobre a saúde e o ambiente. Favoreceu a inserção do agronegócio, que impulsionou a concentração fundiária, o uso do agrotóxico e a precarização das relações de trabalho (SILVA; FREITAS, 2018).

Com a expropriação dos pequenos agricultores do perímetro, as empresas passaram a concentrar o uso da terra. Segundo Freitas (2010)

No que concerne à concentração da terra pelas empresas, é expressivo o caso da empresa Fruta Cor, que concentra 14 lotes com área de 16 hectares cada, dos 20 lotes que formam a Quadra 2 da área-piloto. Os nomes dos funcionários podem ser identificados nas relações de produtores do perímetro, usados como “laranjas” pelo empresário. Além dessa área, a empresa possui outras unidades produtivas, uma delas no Perímetro Público Tabuleiros de Russas.

Além das invasões as empresas também apresentam outras irregularidades dentro do perímetro, como a instalação de empresas em área prevista para proteção ambiental do projeto, caso das empresas da família Girão e a empresa Bonesa (FREITAS, 2010).

Além desses, destaca-se o da multinacional Del Monte Fresh Produce, empresa que recebe incentivos pelo Estado. Conforme levantamento da

equipe de estudo fundiário do DNOCS, essa última empresa é uma das maiores invasoras das terras do perímetro, sendo abastecida pelos canais do projeto, que paga pelo seu uso. Essas questões correspondem à dominação que vem ocorrendo no Projeto Jaguaribe Apodi, seja por invasão ou arrendamento das terras.

No perímetro irrigado Jaguaribe-Apodi duas empresas do agronegócio são as principais responsáveis pela desestruturação da região. São elas a empresa nacional Fruta Cor e a multinacional Del Monte Fresh Produce, juntas elas dominam a produção do perímetro e ditam as regras do mercado regional.

Segundo Freitas (2010):

A empresa nacional Fruta Cor teve origem em 1997, no Distrito de Lagoinha em Quixeré, com produção de banana (pacovan e maçã) em 45 hectares. Seu proprietário é do ramo da construção civil da capital do estado do Ceará. A empresa iniciou no Perímetro Irrigado no ano de 1998 e vem expandindo suas terras e mercado na região do Baixo Jaguaribe. A empresa mantém parceria com 49 produtores (pequenos e médios), que ocupam 950,00 ha. Possui área de 932,00 ha em produção, onde a renda da terra acontece via produção propriamente dita (com assalariamento), o que representa 50% de sua produção. Somadas, as áreas produtivas da empresa e parceiros atingem 1.882,00 ha. Com a parceria, a renda da terra é apropriada mediante circulação de mercadorias.

A produção da empresa é predominantemente banana. O destino da produção é, principalmente, o mercado interno: Recife, Teresina, Natal, Mossoró, Campina Grande, São Luís, João Pessoa, Belém, dentre outros. A empresa exporta mamão, em pequena escala, mediante parceria que mantém com uma empresa em Barreiras, na Bahia, chamada Agronol (FREITAS, 2010).

Freitas (2010):

A multinacional Del Monte Fresh Produce Brasil Ltda iniciou sua produção em fins do século XIX na região da Califórnia (EUA). Atualmente, a matriz localiza-se em Miami, sendo um libanês o sócio majoritário. Sua atuação, com produção e sede estratégica, atende todos os continentes, atingindo cerca de 58 países. Iniciou sua produção no Brasil em fins da década de 1980 no Rio Grande do Norte e, em 2000 e 2001, duas áreas no Ceará: em Quixeré (melão) e Limoeiro do Norte (abacaxi). A empresa tem contribuído para o

desencadeamento de problemas diversos, dentre os quais a destruição de comunidades e o trabalho precarizado, com graves consequências para a sociedade e o ambiente.

A produtividade da empresa é em torno de 30 toneladas/ha/ano no cultivo do abacaxi, 26 do melão e 45 da banana. Da produção total, 97% são exportadas, restando 3% para o mercado nacional: Piracicaba-São Paulo. A empresa empregava, nesse período, em torno de 1.500 trabalhadores na área da banana, 1.600 no abacaxi e 2.200 no melão. Nesta última área, por utilizar-se de emprego sazonal, ao concluir a safra (em janeiro de 2009) demitiria cerca de 1.500 trabalhadores (FREITAS, 2010).

As empresas que atuam no perímetro são responsáveis pela desestruturação da região, modificam o território e tornam a população refém dos seus interesses.

Essa dominação do território pelas empresas e a concessão do Estado, contribui para a desvalorização do pequeno agricultor, precarização das formas de trabalho, degradação e poluição ambiental, e para a geração de conflitos sociais e ambientais na região.

Um dos principais conflitos está relacionado ao uso de agrotóxicos pelas grandes empresas, por serem produtos químicos a população tem receio de pegarem alguma doença e acabam vendendo suas terras a preços baixos para as próprias empresas. Outro problema relacionado ao uso indiscriminado de agrotóxicos, é a poluição dos solos e dos recursos hídricos da região.

No que diz respeito ao uso da água na região, na qual a população reclama que a chegada do perímetro não resolveu o problema, pelo menos não para os moradores e pequenos produtores, enquanto os grandes produtores recebem a sua cota de água regular a maioria da população não tem acesso a água potável (privatização da água).

Outro motivo de conflito é o direito e o uso da terra, antigos moradores ainda lutam na justiça pelo direito a sua terra, que foi negado com a implementação do perímetro, muitos desses não chegaram a receber nenhuma indenização ou tipo de assistência do Estado.

No quesito ambiental, além da total modificação da paisagem e do desmatamento, a região sofre com a contaminação dos reservatórios de água e do

solo, que a longo prazo afetará a produção da região, levando essas empresas a migrarem para outros lugares, deixando apenas a destruição para a população.

A implementação do perímetro irrigado Jaguaribe-Apodi mais prejudicou que ajudou a população local, os lucros obtidos nesse perímetro não gera melhorias significativas na região, pois tudo que é produzido é destinado para venda em outros Estados ou exportados, as de infraestrutura, e aumento da renda da população chega a ser irrelevante se comparado as perdas sociais e ambientais que a região sofre hoje.

Diante de tantos conflitos, a população se torna essencial na defesa do seu território, na luta por uma vida digna e contra a hegemonia do capital. Para fortalecer esses movimentos, a população se uniu em diferentes movimentos sociais, entidades sindicais, Igreja católica e universidades.

Uma das estratégias utilizadas é a da publicização dos problemas, que fortalece a construção de uma consciência coletiva da questão dos agrotóxicos e seus efeitos na saúde.

O papel dos sujeitos sociais tem sido fundamental nesse contexto da problemática dos agrotóxicos. Exemplo disso foi a atuação e as denúncias de Zé Maria do Tomé, cuja luta resultou na elaboração e aprovação da Lei nº 1.478/2009, que dispõe sobre a proibição do uso de aeronaves nas pulverizações de lavouras. A referida lei, sob a pressão das empresas do agronegócio, foi revogada pela Câmara Municipal de Limoeiro do Norte, logo após o assassinato desse ativista, em 21 de abril de 2010, que também denunciava a invasão (grilagem) de terras, principalmente pelo agronegócio, no projeto Jaguaribe-Apodi, questão evidenciada pelo DNOCS (2009), (Freitas e Silva, 2018).

Outro exemplo de resistência na Chapada do Apodi é o acampamento Zé Maria do Tomé, onde cerca de mil famílias ocupam um território de 1,700 hectares da segunda etapa do projeto Jaguaribe-Apodi que seria destinada ao agronegócio. Esse acampamento é coordenado pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e apoiado por um conjunto de entidades, movimentos sociais e universidades, (SILVA; REITAS, 2018).

Apesar dos moradores terem conseguido a posse por meio de acordo efetivado pelo Ministério da Integração e Ministério do desenvolvimento Agrário, em janeiro de

2015, até o presente, os camponeses lutam contra uma reintegração de posse, efetivada pela Federação das Associações do Projeto Jaguaribe-Apodi (Fapija), juntamente com o DNOCS.

O Acampamento materializa a luta contra a expropriação, privatização da água e os impactos dos agrotóxicos. Trata-se de uma luta por terra, água, por território, isto é, por um modo de vida que respeite o ambiente e os trabalhadores que da terra obtêm a sustentação de suas vidas, através de experiências de produção saudável, voltadas à transição agroecológica, (FREITAS, 2017).

A relação entre os trabalhadores e o agronegócio reflete as condições precárias de trabalho, onde os trabalhadores precisaram entrar em greve para reivindicar por condições básicas de trabalho e saúde.

Dois greves dos trabalhadores da Empresa Del Mont Fresh Produce materializam a luta por trabalho digno, ao passo que as pautas muitas vezes incluíam reivindicações extremamente básicas como refeitórios, não uso de facões por técnicos de segurança para assegurar o cumprimento de metas de produção, entre outros, (SILVA; FREITAS, 2018).

As práticas sociais que ajudam na luta contra a invasão do agronegócio na região é a divulgação dos problemas causados por essa atividade, a forma de divulgação teve início na própria vizinhança e nos locais de trabalho e posteriormente em audiências públicas, em programas de rádio e TV. A conscientização de crianças e jovens através da educação nas escolas promoveu uma integração ainda maior com outras instituições que elaboraram junto com a comunidade o Memorial da Chapada do Apodi, que possibilitou à juventude a retratar os sujeitos da comunidade e seu cotidiano de trabalho, através da fotografia e da produção de curta metragem sobre a história da água na chapada. Contribuindo assim para a manutenção de suas identidades com a chapada.

Outro agente importante na luta pela vida na Chapada do Apodi é a Igreja, que através das pastorais sociais, tem desenvolvido ao longo desse tempo um trabalho permanente de formação, por meio de projetos políticos/produtivos que viabilizam as resistências e as lutas da chapada, especialmente em torno da defesa da terra e da água e pela produção de alimentos saudáveis, (SILVA; FREITAS, 2018).

As pesquisas realizadas pelas universidades na Chapada do Apodi sobre os conflitos envolvendo os agrotóxicos foram sistematizadas em janeiro de 2010, pelo Dossiê agrotóxicos, documento onde foram socializados os resultados preliminares, os quais trouxeram elementos para a organização e mobilização de denúncias sobre os graves problemas de saúde na região. Essa situação levou os movimentos a realizarem articulações nacionais e, com outros pesquisadores preocupados com os impactos dos agrotóxicos, a criarem a Campanha Nacional Permanente contra os agrotóxicos. Os movimentos do Ceará foram decisivos na proposição da luta e na experiência dessa articulação entre os diferentes sujeitos sociais, (SILVA; FREITAS, 2018).

4.2 O pós-extrativismo como alternativa ao neoextrativismo

A economia baseada na acumulação por espoliação, utiliza os recursos naturais de determinada região até seu esgotamento, e para continuar produzindo migra para outras regiões, deixando para trás os rastros da destruição.

A economia tem funcionado como uma “Maquina Idiota” (idiot Machine), ou seja, como uma máquina que metaboliza os recursos naturais, os processa, esgota, descarta, e contamina, e que deve extrair cada vez mais recursos para continuar funcionando, (DALY, 1999).

Para Gudynas (2016), esse modelo;

Persiste a dependência da exportação de matérias-primas, repetem-se serias dificuldades para reverter a pobreza, e a deterioração ambiental continua avançando. Ao mesmo tempo, no plano global, passamos por uma crise multidimensional, e, para além da bonança econômica vivida em algumas nações latino-americanas, não podem ser ocultados os sérios problemas econômico-financeiros internacionais, nem as ameaças da mudança climática.

Também é necessário ter presente que o extrativismo oferece benefícios econômicos bastante reduzidos. Por exemplo, a externalização dos custos sociais e ambientais representa um custo econômico severo, acentua a primarização

econômica, reduzindo as capacidades de diversificação produtiva, e gera índices de emprego limitados. Tampouco se pode esquecer que muitos setores dependem de recursos que serão esgotados em um futuro próximo, enquanto o acesso a novas áreas de exploração implica procedimentos ariscados, de alto impacto social e ambiental, e inclusive incertos, dados as limitações tecnológicas atuais (GUDYNAS, 2016).

Na América Latina o extrativismo é o principal responsável pelas tensões e protestos sociais, em que os motivos são diversos que vão dos seus impactos ambientais se estendendo as consequências negativas nas economias tradicionais, iniciado com o deslocamento forçado de comunidades até a ameaça vivida por grupos indígenas.

O que se faz necessário e urgente pensar, mas também, pôr em prática um modelo de crescimento que busque deter os conflitos e os impactos socioambientais dos grandes empreendimentos, levando em consideração as mudanças climáticas globais.

Uma possível solução para os problemas sociais, ambientais e econômicos é o pós-extrativismo. O pós-extrativismo parte da constatação de que vivemos uma crise universal da civilização e não apenas uma crise econômica, financeira ou múltipla.

O pós-extrativismo não apenas critica a exploração de recursos naturais e os problemas socioeconômicos, políticos e ecológicos que acarreta, como sustenta que os processos atuais constituem modelos e práticas de “desenvolvimento” que devem ser superados. Questiona a fé inabalável na Era Moderna e no progresso, na técnica, no paradigma do crescimento e na compreensão da Natureza como recurso disponível à exploração humana. Contraria os padrões de dominação autoritária e verticais e a assimetria dos mercados mundiais, e defende que a noção de desenvolvimento e suas práticas são uma criação imperial (ACOSTA; BRAND, 2018)

O Pós-Extrativismo é dividido em duas fases principais, uma primeira fase que busca introduzir padrões sociais e ambientais, tecnologias modernas, compensações para a população afetada e outras medidas, a transição a uma economia pós-extrativista superaria o extrativismo “predatório” para conduzi-lo a uma versão “sensata”. Isso permitiria reduzir a dependência das atividades extrativistas e,

inclusive, ampliar a margem de ação do Estado a uma política econômica alternativa. A segunda fase se caracteriza pela transição a uma economia em que a exploração maciça de recursos naturais fosse reduzida a um mínimo, a economia plural fosse reconhecida – incluindo formas solidárias e comunitárias –, a reforma agrária fosse realizada, tecnologias adaptadas fossem introduzidas e tributos e subsídios fossem reestruturados com critérios de equidade social e ecológica, (ACOSTA; BRAND, 2018).

O fomento e o fortalecimento de modos de vida alternativos, baseados na justiça social e na sustentabilidade ecológica, requerem apoio político e institucional, e implicam uma aprendizagem. Não existe um plano infalível, mas ideias, visões e práticas de Bem Viver, que devem desenvolver-se e instrumentalizar-se de maneira não autoritária, considerando cada contexto concreto. O fato de não existir um plano infalível é uma das maiores potencialidades desta proposta, uma vez que nos liberta de aventuras dogmáticas e autoritárias impostas a partir de cima ou de fora, (ACOSTA; BRAND, 2018).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Existem certas atividades extrativistas que de nenhuma maneira poderão ser sustentáveis. Já que um processo é sustentável quando pode se manter no tempo, sem ajuda externa e sem que produza escassez dos recursos existentes.

Sendo assim, a maioria das atividades neoextrativistas existentes na América Latina são insustentáveis, que a mais de 500 anos vem promovendo a destruição da natureza e dos ecossistemas, além de desestruturar as comunidades tradicionais. A enorme concentração de recursos naturais e a baixa produção industrial, torna essa região atrativa para os investimentos do capital internacional na extração de *commodities* e mantém viva na região uma antiga relação de poder e subordinação.

No Brasil o neoextrativismo age de maneira cruel e esmagadora, transformando o homem e a natureza em mercadorias, onde modifica radicalmente as formas de relação do homem com a natureza. No perímetro irrigado Jaguaribe-Apodi o agronegócio através de uma agricultura mecanizada e altamente degradadora vem promovendo na região da Chapada uma alta concentração de terra, privatização da água, destruição da natureza e a expulsão dos camponeses de suas terras.

Essa forma de produção está fadada ao fracasso, visto que após anos de uso inadequado o solo não produzira como antes, os recursos hídricos serão contaminados pelos agrotóxicos, os investimentos na região vão diminuir e as grandes empresas irão procurar novas regiões mais vantajosas economicamente, deixando para trás uma área totalmente devastada.

Para que casos assim deixem de acontecer é preciso que os países parem de visar no crescimento econômico através dos recursos naturais e comecem a buscar alternativas para um desenvolvimento onde seja priorizado o direito a uma vida digna e de qualidade para todos, permitindo que a natureza não seja vista como uma mercadoria e sim como algo essencial à vida.

Nas áreas onde o extrativismo tem sido mais devastador para a natureza e para a população, como no caso de perímetro irrigado Jaguaribe-Apodi, é preciso promover uma reparação dos problemas ambientais causados e a população precisa ser compensada pelas perdas sofridas. E o Estado precisa investir em uma nova forma de produção e em tecnologias que tenham como foco principal evitar problemas

sociais e ambientais. Não será um processo fácil nem rápido, mas será essencial para assegurar todas as formas de vida e a resiliência da natureza.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, Alberto. Extrativismo e neoextrativismo: duas faces da mesma maldição. In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; FILHO, Jorge Pereira (org.). **Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**. Editora Elefante, 2016. p.46 – 85.
- ACOSTA, Alberto; BRAND, Ulrich. **Pós-extrativismo e decrescimento: saídas do labirinto capitalista**. Editora Elefante e Autonomia Literária. 1ª edição, 2018.
- ACSELRAD, Henri; et al. **Desigualdade ambiental e acumulação por espoliação: o que está em jogo na questão ambiental?** Coletivo Brasileiro de Pesquisadores da Desigualdade Ambiental. e-cadernos CES, 2012.
- ALMEIDA, A. W. B; et al. **Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010
- BARBOSA, E. C. B. M. **Acumulação por espoliação e a integração da América Latina na divisão internacional do trabalho**. Curitiba – Brasil: Editora CRV, 2017.
- CARVALHO. Alba Maria Pinho de; GUERRA, Eliana Costa; MILANEZ, BRUNO. **Rentismo-Neoextrativismo: A inserção dependente do Brasil nos percursos do capitalismo mundializado (1990-2017)**. In: RIGOTTO, Raquel Maria; AGUIAR, Ada Cristina Pontes; RIBEIRO, Livia Alves Dias. **Tramas para a justiça ambiental: diálogo de saberes e práxis emancipatórias**. Fortaleza: Edições UFC, 2018.
- CEARÁ. ADECE, 2011.
- Dossiê Perímetros Irrigados – **Perímetros irrigados e a expansão do agronegócio no campo: quatro décadas de violação de direitos no semiárido**. Disponível em: <https://dossieperimetrosirrigados.wordpress.com/estudos-de-caso/perimetro-irrigado-jaguaribe-apodi/>. Acesso em: 02/10/2019.
- FREITAS, Bernadete Maria Coelho. **Marcas da modernização da agricultura no território do perímetro irrigado Jaguaribe-Apodi: uma face da atual reestruturação socioespacial do Ceará**. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.
- _____. **Campesinato, uso de agrotóxicos e sujeição da renda da terra ao capital no contexto da expansão Política Nacional de Irrigação no Ceará**. 325f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- FERREIRA, M. J. M; et al. **Gestão e uso dos recursos hídricos e a expansão do agronegócio: água para quê e para quem?** Ciência & Saúde Coletiva, 2016.
- GUDYNAS, Eduardo. Transição ao pós-extrativismo: sentidos, opções e âmbitos. In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; FILHO, Jorge Pereira. **Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**. Editora Elefante e Autonomia Literária, 2016. p. 174 – 212.
- GUDYNAS, Eduardo. Postextractivismo y Alternativas al Desarrollo desde la Sociedad Civil. In: LANG. Mirian; LÓPES, Claudia; SANTILLANA, Alejandra (org.)

Alternativas al Capitalismo del Siglo XXI. Quito: Edições Abya Yala e Fundação Rosa Luxemburgo, 2013. p 189 – 221.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo.** 8ª Edição. São Paulo, edições Loyola, 2014.

MAIA, Renata Catarina Costa; et al. **Águas e neoextrativismo: injustiça hídrica e re-existência dos comuns.** In: RIGOTTO, Raquel Maria; AGUIAR, Ada Cristina Pontes; RIBEIRO, Livia Alves Dias. **Tramas para a justiça ambiental: diálogo de Saberes e Práxis Emancipatórias.** Fortaleza: Edições UFC, 2018.

MOREIRA, Carlos Américo Leite; MAGALHÃES, E. S. De. **Um novo padrão exportador de especialização produtiva?** considerações sobre o caso brasileiro. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, 38/junho de 2014.

MOREIRA, Carlos Américo Leite; ALMEIDA, Agamenom Tavares. A dinâmica do investimento direto estrangeiro no Brasil em meio à crise econômica mundial e impactos sobre as contas de transição correntes. Anais, XVII Encontro Nacional de Economia Política, Rio de Janeiro, 2012.

(NEO)EXTRATIVISMO e despojo do sul global: conflitos e resistências nos territórios. Introdução, Revista Nera – Ano 18, nº.28 – Dossiê 2015 – ISSN: 1808 – 6755.

OSORIO, Jaime. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias de reprodução do capital: contribuição da teoria marxista da dependência. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (org.). São Paulo: Boitempo, 2012.

PAULANI, Leda Maria; PATO, C. G. Investimentos e servidão financeira: o Brasil do último quarto de século. In: PAULA, J. A. (org.). **Adeus ao desenvolvimento.** Editora Autêntica, Belo Horizonte, 2005.

PAULANI, Leda Maria. **A Dependência redobrada.** Le Monde Diplomatique, Brasil, 03 de agosto, 2012.

PONTES, Paulo Araújo; ARAGÃO, Klinger. **Os perímetros irrigados do Ceará:** os grandes projetos de irrigação têm impacto sobre a renda local? XXXVII Encontro da ANPAD, Rio de Janeiro 7ª 11 setembro de 2013.

PUGA, Fernando. **A especialização do Brasil no mapa das exportações mundiais.** BNDES Visão do Desenvolvimento, 10 de setembro de 2007, Nº 36.

RINCÓN, L. F. **Neoextrativismo e desenvolvimento territorial rural em regiões camponesas:** um estudo comparado em Argentina, Brasil e Colômbia. Anais, XI Congresso Nacional de Sociologia. Ponencia, Medellín: Universidad de Antioquia. 2014.

RIGOTTO, Raquel Maria; et al. **Perímetros irrigados e direitos violados no Ceará e Rio Grande do Norte:** “por que a água chega e a gente tem que sair?” Revista Pegada – Vol. 17 n:2, dezembro, 2016.

SIBEMBERG, Raul Trajano. **Acumulação por espoliação no capitalismo contemporâneo.** 2015, Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Econômicas) – Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, Porto Alegre, 2015.

SILVA, Maria de Lourdes Vicente da; FREITAS, Bernadete Maria Coelho. A insurgência dos sujeitos sociais e políticos no contexto de conflitos territoriais e ambientais na Chapada do Apodi. In: RIGOTTO, Raquel Maria; AGUIAR, Ada Cristina Pontes; RIBEIRO, Livia Alves Dias (org.). **Tramas para a justiça ambiental: diálogo de saberes e práxis emancipatórias**. Fortaleza: Edições UFC, 2018.